

12 DEZ 2018

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Luta pelos direitos humanos é compromisso irrenunciável, diz Celso

**A** luta pelos direitos humanos deve refletir um compromisso ético e político irrenunciável com a edificação de uma sociedade aberta e democrática, fundada em valores como liberdade, igualdade, pluralismo político e solidariedade.

A afirmação é do ministro Celso de Mello, decano do Supremo Tribunal Federal, ao celebrar os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, completados na segunda-feira (10/12).

“A luta pelos direitos humanos, além de representar um processo contínuo e permanente na vida dos povos e das nações, deve refletir um compromisso ético e político irrenunciável das gerações presentes e futuras com a edificação

de uma sociedade aberta e democrática, fundada nos valores essenciais da liberdade, da igualdade, do pluralismo político e da solidariedade”, afirmou o ministro.

Nesse contexto, continuou o decano, cabe ao juiz o desempenho incondicional de um dever inerente: velar pela intangibilidade dos direitos fundamentais da pessoa humana, repelir práticas governamentais abusivas, conferir prevalência à essencial dignidade da pessoa humana, fazer cumprir os pactos internacionais que protegem os grupos vulneráveis contra práticas discriminatórias e o de neutralizar qualquer ensaio de opressão estatal.

A celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos

Direitos Humanos também foi lembrada pelo presidente do STF, ministro Dias Toffoli.

“É tempo de renovar nosso pacto com a afirmação dos direitos inerentes à pessoa humana e com a construção de um mundo de paz. O compromisso do Estado brasileiro com a Declaração Universal dos Direitos Humanos ecoa por toda a Constituição Federal, notadamente na proteção das minorias e grupos vulneráveis. Cabe a nós, magistrados e demais agentes do Sistema de Justiça brasileiro, a salvaguarda das garantias fundamentais dos indivíduos e da coletividade, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, afirmou o ministro.

## Criminalizar uso de drogas é “paternalismo penal inadmissível”

Criminalizar o uso de drogas é o mesmo que proibir alguém de cometer uma lesão contra si. Além de não fazer sentido, é uma escolha política inconstitucional. Quem afirma é o juiz federal Marcelo Costenaro Cavali, auxiliar do gabinete do ministro Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal

Federal.

“A criminalização da autolesão é um paternalismo penal inadmissível em um Estado de Direito”, afirma. “O Estado pretende saber o que é melhor para cada indivíduo. Punir alguém por usar droga é o mesmo que punir alguém por pular de bungee jump, comer carne demais

ou por ser sedentária.”

Cavali foi um dos convidados em evento na Escola de Magistrados do TRF-3 em São Paulo na sexta-feira (7/12) para falar sobre a reforma da Lei de Drogas. O texto é objeto de estudos de uma comissão de juristas na Câmara que deve entregar o trabalho até o fim deste ano.

12 DEZ 2018

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Testemunhas do caso Tatiane Spitzner iniciam depoimentos

### Ex-marido, acusado pelo crime, será interrogado amanhã

Reprodução/JN



Começaram na tarde de ontem as audiências do caso da morte de Tatiane Spitzner. Luis Felipe Manvailer, ex-marido de Tatiane e autor do crime, segundo o Ministério Público, compareceu ao Fórum de Guaruapuava para acompanhar os depoimentos. Ontem a juíza responsável pelo caso, Paola Gonçalves Mancini, ouviu 14 testemunhas de acusação e seis comuns – indicadas tanto pela acusação quanto pela defesa de Manvailer.

Amanhã, no segundo dia de audiências, além de Manvailer devem ser ouvidas mais 15 testemunhas, sendo seis de acusação, seis de defesa e três comuns. Depois



Tatiane foi encontrada morta no dia 22 de julho, no apartamento em que morava com Manvailer

de ouvi-las, a juíza vai decidir se Luis Felipe vai ou não a júri popular. A única vez em que ele falou sobre o caso foi na audiência de custódia, no dia 23 de julho, logo depois do crime.

Tatiane foi encontrada morta no dia 22 de julho deste ano, no apartamento onde morava com o marido Luis Felipe. Segundo a acusação, ele matou Tatiane por esganadura, jogou-

a pela sacada do prédio e, em seguida, recolheu o corpo para o apartamento. Ele nega as acusações, mas é réu pelos crimes de homicídio, cárcere privado e fraude processual. ■

12 DEZ 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

# TRT-PR confirma o arremate do Evangélico

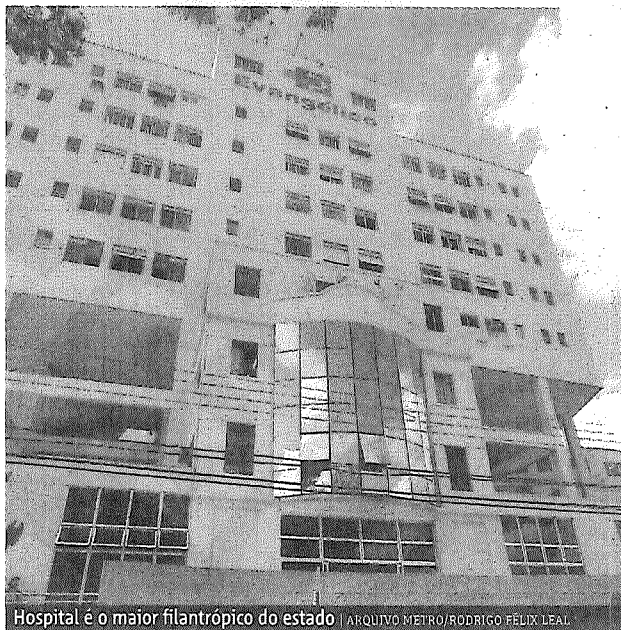
**Novela.** Em julgamento de colegiado ontem, Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região confirmou a compra do hospital para o Instituto Mackenzie; TST havia suspenso o leilão

O TRT-PR (Tribunal Regional do Trabalho do Paraná) decidiu ontem em julgamento no plenário pela validade do leilão do Hospital Evangélico de Curitiba, ocorrido em 28 de setembro. O colegiado composto por três desembargadores, presidido pelo desembargador Cássio Colombo Filho, foi unânime na decisão.

Assim, fica mantido o arremate do consórcio Mack-He Dourados (do Instituto Presbiteriano Mackenzie e da Associação Beneficente Douradense) de R\$ 215 milhões pelo hospital e pela Faculdade Evangélica do Paraná.

Na última segunda-feira, uma decisão monocrática do ministro Renato Lacerda de Paiva, vice-presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), havia suspenso a compra do complexo até a o julgamento do TRT-PR que aconteceu ontem.

A contestação do leilão foi feita pela Universidade Bra-



sil, concorrente derrotada, que argumenta com uma suposta participação irregular do Mackenzie no leilão. Os representantes do instituto


paulista não teriam procuração para poder fazer os lances em nome do grupo Mack-He Dourados. A questão, no entanto, não foi acolhida pe-

los desembargadores.

Quando o acórdão da decisão for publicado, a posse do hospital, desde dezembro de 2014 sob intervenção judicial, poderá ser concluída para os novos donos.

A Universidade Brasil ainda pode pedir os embargos de declaração da decisão e também tentar recorrer a instâncias superiores.

Segundo o leiloeiro público Helcio Kronberg, responsável pelo leilão do hospital e da faculdade, o consórcio vencedor pagou os 20% do valor do arremate dentro do prazo, e vem pagando as parcelas mensais regularmente desde então.

Procurado, o Evangélico não se manifestou. Em nota, o Instituto Presbiteriano Mackenzie informou que "não se manifestará até que todos os recursos judiciais referentes ao leilão sejam julgados".  METRO CURITIBA

12 DEZ 2018

FOLHA DE LONDRINA

# Comissão da Câmara aprova fim do foro privilegiado

**Como o Congresso não pode votar alterações na Constituição com intervenção federal em vigor, o texto só irá a plenário em 2019**

Bernardo Caram

Folhapress

Brasília - Em votação relâmpago, comissão especial da Câmara aprovou nesta terça-feira (11) proposta que extingue o foro especial por prerrogativa de função em caso de crimes comuns. Aprovada pelo Senado em maio do ano passado, a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) segue para análise do plenário da Câmara. Com intervenção federal em vigor no Rio de Janeiro e em Roraima, o Congresso não pode votar alterações na Constituição. Com isso, a votação do texto em plenário vai ficar para 2019.

A proposta extingue o foro especial para todas as autoridades em crimes comuns, com exceção dos presidentes da República, da Câmara, do Senado e do STF (Supremo Tribunal Federal), além do vice-presidente da República. Estes continuariam a ser julgados pelo Supremo.

Todos as demais autoridades - incluindo ministros, parlamentares, governadores e prefeitos - poderiam ser processados na Justiça de primeira instância.

Pela legislação atual, ministros, senadores e deputados federais só podem ser julgados pelo STF. Já governadores e deputados estaduais só podem ser processados pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).

O texto aprovado também extingue o foro privilegiado nos casos de crimes comuns cometidos pelo Procurador-Geral da República, por membros do Ministério Público da União, desembargadores dos Tribunais de Justiça e membros de Tribunais de Contas estaduais e municipais.

Para votar a proposta, os deputados fizeram um acordo para suspender as votações no plenário principal da Casa na tarde desta terça. Isso porque comissões não podem deliberar enquanto o plenário vota projetos. Nesse intervalo, os membros da comissão se reuniram e aprovaram a proposta. A reunião durou menos de 30 minutos.

O presidente da Comissão Especial, Diego Garcia (PODE/PR), afirmou que a aprovação na sessão desta terça-feira (11) representa "jogar a responsabilidade" sobre a próxima legislatura. Garcia lembra que, caso a PEC fosse levada para o ano que vem, a

demora na indicação dos membros de uma próxima comissão especial protelaria ainda mais esta votação.

"Se não votasse hoje, muito provavelmente amanhã (12) teria muita dificuldade e iria protelar por mais uma Legislatura sem uma deliberação da Câmara dos Deputados. Agora não, isso faz com que a sociedade possa se mobilizar para que já no início do ano que vem se possa cobrar os parlamentares eleitos e reeleitos", afirma.

Outro motivo para se comemorar, na opinião do deputado reeleito, é o fato do texto ter sido aprovado sem alterações pelo relator, o deputado Efraim Filho (DEM/PB).

"Nenhuma mudança, isso foi outra vitória da Comissão porque o relator acabou mantendo o texto sem alterações e com isso acaba a prerrogativa para todas as autoridades, com exceção dos presidentes da Câmara, República, Senado e Supremo Tribunal Federal", afirma.

**CONTINUA**

12 DEZ 2018

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

A tramitação da proposta foi iniciada no ano passado, depois que o STF começou a discutir a restrição do foro para parlamentares. Em maio deste ano, o Supremo decidiu restringir o foro especial para deputados federais e senadores.

Outro projeto aprovado nas comissões hoje foi a proposta da reforma tributária de autoria do deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR). Ele apresentou uma complementação de voto, que faz pequenos ajustes no texto apresentado em novembro.

A proposta de Haully defende a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) para substituir os impostos incididos sobre consumo. Haully tem se reunido com a equipe econômica do governo de transição para discutir a proposta e fazer com ela seja aprovada no próximo ano, quando deve ir a plenário. (Colaborou Vitor Struck/Reportagem Local)

12 DEZ 2018

# FOLHA DE LONDRINA

## Foro privilegiado dificulta o combate à corrupção

O foro privilegiado, ou foro por prerrogativa de função é, como o nome diz, um privilégio que no Brasil beneficia cerca de 58 mil autoridades. Nasceu para proteger não uma pessoa, mas o cargo que ela ocupa e, assim, permite um julgamento por um tribunal diferente ao de primeira instância.

Outros países mantêm o privilégio a autoridades, mas o modelo brasileiro não tem paralelo no mundo, como mostrou um estudo realizado pelo consultor legislativo da Câmara dos Deputados Newton Tavares Filho, em 2016. A pesquisa “Foro Privilegiado: pontos negativos e positivos” analisou como funciona o sistema de julgamento de autoridades em 16 países: França, Itália, Alemanha, Portugal, Espanha, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia, Estados Unidos, México, Venezuela, Colômbia, Peru, Chile e Argentina. O trabalho apontou que o Brasil é recordista em número de autoridades com foro privilegiado. Nos Estados Unidos, nem o presidente tem essa prerrogativa.

Alvo de duras críticas, não é de hoje que se tenta acabar ou pelo menos diminuir o número de cargos beneficiados pelo foro privilegiado. Mas uma alternativa vem avançando. A Proposta de Emenda à Constituição do senador paranaense Álvaro Dias, do Podemos, foi aprovada nessa terça-feira (11) por unanimidade, pela comissão especial da Câmara dos Deputados. A matéria já havia passado pelo Senado Federal e segue agora para o Plenário da Câmara. Mas a votação, em dois turnos, ficará para a próxima legislatura. O texto prevê a manutenção do foro privilegiado apenas para os chefes dos Três Poderes (presidente e vice da República, e presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal).

A votação foi simbólica. Era preciso correr contra o relógio, pois se o texto não fosse votado até o fim do ano legislativo, em 22 de dezembro, a comissão especial teria de ser encerrada e criado um novo colegiado em 2019. A expectativa agora é para que no ano que vem a matéria seja aprovada o mais rápido possível no plenário da Câmara. É o desejo da sociedade brasileira, que vem manifestando incansavelmente a indignação nesse tipo de tratamento diferenciado. Não é compatível com o que se espera de um novo Brasil, pois o foro por prerrogativa de função dificulta o combate à corrupção e serve como um escudo para autoridades que usam o cargo como escudo para praticar atos ilícitos.

12 DEZ 2018

# FOLHA DE LONDRINA

## STJ anula processos de auditor fiscal e empresário no âmbito da Publicano

Vitor Struck

*Reportagem Local*

O empresário José Maria Fernandes e o auditor fiscal Mario Aparecido Sanzovo, até então réus no âmbito das investigações das operações Publicano 2 e 5, respectivamente, tiveram os processos anulados no Superior Tribunal de Justiça na sexta-feira (7). De acordo com o relator no STJ, o ministro Rogério Schietti Cruz, não há indícios suficientes para continuar com as investigações sobre eles. “Por ausência de justa causa, sem prejuízo de que seja oferecida nova exordial acusatória, com novo suporte probatório”, diz a decisão.

A medida teve origem em um habeas corpus impetrado pelos advogados Rodrigo Antunes, Rafael Soares e Luiz Borri. Segundo Antunes o nome de José Maria Fernandes nunca chegou a ser citado nas delações do auditor fiscal que entregou o esquema de corrupção na Receita Estadual do Paraná, Luiz Antônio de Souza, mas sim o da empresa de Fernandes.

“Houve uma delação do Luiz Antônio falando da empresa Prodasa, mas não fala nada dele, ele é o diretor-presidente. Luiz Antônio falou que haveria um suposto pagamento de propina a um auditor fiscal,

diante disso houve o oferecimento da denúncia, o juiz recebeu e os ministros de forma unânime entendeu pela ilegalidade, porque ele não foi citado por ninguém, só a empresa”, explica.

Já o auditor fiscal Mario Aparecido Sanzovo, réu na quinta fase da Operação Publicano, teria sido apontado por uma testemunha como beneficiado no esquema. “Uma pessoa teria reconhecido ele como um suposto auditor que teria recebido valores, o que não se comprovou. Foi uma situação frágil, um reconhecimento fotográfico, e não houve qualquer outro elemento comprobatório”, afirma Antunes.

A reportagem da FOLHA entrou em contato com o juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, mas ele não quis comentar a exclusão dos processos.

Deflagrada em 10 de junho de 2015, a Publicano 2 envolve o empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do ex-governador Beto Richa (PS-DB), que, segundo o MP, seria o “líder político” do esquema; o auditor Márcio de Albuquerque Lima - já condenado a 96 anos de prisão na Publicano 1 e acusado de exercer a liderança da organização entre os auditores.



# FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

**Justiça 'jabuticaba' custa  
R\$ 5,5 bilhões ao País**

**12 DEZ 2018**

A diplomação do presidente eleito, nesta segunda (10), encerrando o ciclo eleitoral de 2018, deveria marcar também a dissolução do órgão público que organizou a disputa, como acontece em todo o mundo que respeita o sacrifício do pagador de impostos. Não é o caso do Brasil, onde o órgão criado para organizar eleição ganhou caráter permanente e o nome de "Justiça Eleitoral". Essa invenção jabuticaba custa R \$5,5 bilhões anuais e sustenta 35.371 servidores até em ano sem eleição.

## **Era provisório, mas...**

O caráter provisório do TSE fica claro: são três ministros do STF, 2 do STJ e 2 da advocacia. Mas acabou perpetuado pelos fabulosos cargos.

## **Palácio espelhado**

Na Brasília carente de hospitais, a sede do TSE custou quase meio bilhão de reais, onde sete ministros trabalham às terças e quintas. À noite.

## **Ninguém merece**

No ano sem eleição de 2019, os salários da Justiça Eleitoral custarão ao cidadão brasileiro mais de R\$ 5 bilhões, 89,8% dos gastos totais.

## **Latifúndio espelhado**

Ministro do TSE tem o próprio gabinete no tribunal de origem ou na sua banca. Mas na sede do TSE tem outro, de 150 metros quadrados.

# MAZZA

## **Contra o médium**

Também no Paraná há mulheres dispostas a denunciar o espírita João de Deus por assédio sexual. A Casa da Mulher Brasileira já foi colocada a serviço da causa e também as promotorias especializadas. Vários depoimentos apareceram na terça-feira (11) nos programas de televisão.

O médium repele essas acusações, mas o cerco nacional é cada vez maior. É o MeToo em alta rotação chegando à aldeia, depois de despontar nos Esteites e na Europa. Em termos nacionais há uma força-tarefa buscando relatos de crime sexual e não são poucas as mulheres que formalizam as queixas, o que é considerado suficiente para a propositura de ações, segundo os procuradores de justiça.



12 DEZ 2018

# FOLHA DE LONDRINA

ISABELA ROSSITTO JATTI

## STF garante direito do segurado ao melhor benefício

O STF, no julgamento do RE 630.501, decidiu que o segurado tem direito ao melhor benefício que fizer jus, isto é, cuja renda for mais alta, dentre as hipóteses possíveis.

Assim, os segurados devem ter seus benefícios concedidos, ou revisados, de modo que seu valor corresponda a maior renda possível em comparação à renda obtida e às rendas mensais que estariam percebendo na mesma data caso tivessem requerido o benefício em algum momento anterior.

Tomamos como exemplo um segurado homem, que completou 35 anos de contribuição em 01/02/2014, e optou por continuar trabalhando, sem requerer a aposentadoria. Em 01/02/2016, quando já contava com 37 anos de contribuição, o segurado requereu a aposentadoria. Nessa hipótese, é garantido ao segurado o direito de que o valor de sua aposentadoria seja calculado a partir de 01/02/2014, data em que já teria sido possível exercer o direito à aposentadoria, e a cada um dos meses posteriores, até 01/02/2016, de modo a verificar a maior renda possível.

O direito ao cálculo do melhor benefício pode ser exercido na concessão da aposentadoria, isto é, quando o segurado solicitar o benefício junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS deve requer a fixação da data do início do benefício (DIB) para quando lhe for mais favorável, e caso o segurado já esteja aposentado, pode ser requerida a revisão do benefício.

Da mesma forma, se o segurado deixa de requerer a aposentadoria e continua na ativa, lei posterior que revogue o benefício ou estabeleça critério de cálculo menos favorável, não pode ferir o direito adquirido, já incorporado ao patrimônio do segurado. Nesse contexto, é garantido ao segurado a opção pelo melhor benefício.

O direito ao melhor benefício é garantido aos segurados que recebem aposentadoria por invalidez, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por idade e aposentadoria especial, e também aos pensionistas.

12 DEZ 2018

FOLHA DE S. PAULO

# Operação apura mesada da JBS a Aécio e compra de apoio político ao PSDB

## Investigação sobre suposto pagamento de R\$ 128 milhões a tucano e aliados faz permanência dele no partido ser novamente questionada

BRASÍLIA A Polícia Federal cumpriu nesta terça (11) mandados de busca e apreensão em endereços do senador Aécio Neves (PSDB-MG), da irmã dele, Andréa Neves, e do deputado federal Paulinho da Força (SP), presidente nacional do Solidariedade. A investigação mira suposto pagamento, pela JBS, de R\$ 128 milhões em propinas ao tucano e seus aliados entre 2014 e 2017.

A PF sustenta que Aécio liderou uma organização criminosa cujo objetivo era financiar o seu próprio partido, o PSDB, e comprar o apoio de outros para sua campanha em 2014.

A suspeita é de que ele tenha solicitado e obtido da empresa dos irmãos Joesley e Wesley Batista R\$ 110 milhões e, com isso, negociado a adesão de 12 partidos à sua coligação, entre eles o PTB, o Solidariedade, o DEM e o PSL —sigla à qual o presidente eleito, Jair Bolsonaro, se filiou este ano.

No inquérito sobre o caso, os investigadores sustentam que os pagamentos foram feitos por meio de doações oficiais e de caixa dois. O esquema para fazer o dinheiro chegar às siglas teria envolvido empresas que simulavam a prestação de serviços, com a emissão de notas fiscais frias; e uma rede de doleiros que fazia entregas em espécie e depósitos em contas indicadas pelo grupo do tucano.

Aécio teria ainda recebido da JBS uma “mesada” de R\$ 54 mil mensais entre 2015 e 2017, supostamente paga por meio da Rádio Arco Íris, de Andréa. Também é mencionada na investigação a aquisição superfaturada de um imóvel do jornal Hoje em Dia, em Belo Horizonte, por R\$ 17 milhões, a pedido do senador. No total, seriam mais R\$ 18 milhões que se somariam aos R\$ 110 milhões solicitados para captação de apoio político, totalizando a quantia de R\$ 128 milhões.

Em troca da propina, segundo as investigações, Aécio prometeu favorecimento no governo federal, caso fosse eleito, e interveio junto ao atual senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), então governador de Minas, para viabilizar a restituição de R\$ 24 milhões em créditos de ICMS para a J&F que controla a JBS.

A operação foi autorizada pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Marco Aurélio Mello. As investigações foram abertas a partir das delações de Joesley e outros ex-executivos da J&F.

Os delatores contaram que, pelo esquema, R\$ 20 milhões foram pagos ao PTB após tratativas com os deputados Cristiane Brasil (RJ) e Benito Gama (BA). Paulinho da Força teria negociado R\$ 15 milhões para o Solidariedade. O senador Agripino Maia (RN) é apontado como o intermediário de

R\$ 2 milhões para o DEM. Nos três casos, as doações foram declaradas à Justiça Eleitoral.

Num dos depoimentos que embasam a investigação, o ex-diretor de Relações Institucionais da JBS Ricardo Saud disse que o PSL recebeu a pedido do tucano R\$ 150 mil, por meio de doação oficial para a comissão provisória do partido em Minas.

Inicialmente, a PF pediu ao Supremo medidas mais duras e em relação a mais pessoas, mas a PGR (Procuradoria-Geral da República) discordou da necessidade delas.

A PF queria a imposição de medidas cautelares: —recolhimento noturno e suspensão do mandato — a Aécio, Paulinho, Gama e Cristiane.

A PF também requereu a prisão temporária de cinco suspeitos de participar do esquema, entre eles o publicitário Paulo Vasconcelos Neto, ex-marqueteiro de Aécio suspeito de emitir notas frias, além de busca e apreensão na casa de Maia e de Anastasia.

A PGR, por sua vez, sustentou que não havia elementos para impor medidas cautelares a Aécio e aos três deputados, mas concordou com a prisão temporária de alguns suspeitos que não são políticos, como Paulo Vasconcelos.

**CONTINUA**

# 12 DEZ 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Marco Aurélio negou as prisões temporárias e autorizou as buscas nos termos do requerimento da PGR. Os políticos que não foram alvo dos mandados continuam, porém, sob investigação.

O nome da operação remete à plataforma de gelo Ross, na Antártida, a maior do mundo. É uma alusão às notas fiscais frias do esquema investigado.

A nova investida da PF contra Aécio o submeteu a patamares inéditos de pressão para que saia do PSDB.

Ex-presidente do partido, o senador Tasso Jereissati (CE) se disse surpreso com a suposta mesada de R\$ 50 mil ao tucano paga pela JBS. “É estranho. Se for verdade, é muito sério”, disse Tasso. “Aécio já prejudicou muito o partido.”

Na Câmara, tucanos defendem reservadamente a abertura de um processo de expulsão do mineiro, que na eleição de outubro se elegeu para uma vaga na Casa.

“Com fortes indícios, como tem, de envolvimento [Aécio] tem que sair. Se não sair, tem que ser expulso”, afirmou o deputado João Gualberto (PSDB-BA).

### Senador tucano nega irregularidades e questiona delação

#### OUTRO LADO

Em pronunciamento no Senado, Aécio Neves afirmou não ser possível que a versão de delatores se sobreponha ao que, para ele, é a verdade.

O senador disse que Joesley tenta manter sua “incrível imunidade penal”. “Joesley, em busca da manutenção da sua incrível imunidade penal, falseia as informações e transforma algo lícito, legal, com aparência de crime.”

Ele afirmou que partidos adversários também receberam doações.

Antonio Anastasia informou que desconhece totalmente o motivo pelo qual teve seu nome citado. Sustentou que, “em toda a sua trajetória”, nunca tratou de qualquer assunto ilícito com ninguém.

A assessoria de Agripino informou que ele não foi alvo de busca e que ele buscou doações ao partido dentro da lei.

Também por meio de nota, o Solidariedade disse que “a delação da JBS foi desmoralizada publicamente e a fraude realizada pelos delatores foi comprovada”, com a prisão de Joesley e Wesley.

O PTB afirmou em nota que o partido recebeu “doações legais” da JBS. Fábio Fabrini, Reynaldo Turollo Jr., Daniel Carvalho e Thais Bilenky

### Políticos na operação deflagrada nesta terça

#### Aécio Neves (PSDB-MG) e Andréa Neves

O senador tucano é suspeito de ser beneficiário de pagamentos ilícitos de R\$ 128 milhões feitos a ele e a aliados pela JBS de 2014 a 2017

#### Paulinho da Força (SD)

Deputado federal, foi aliado de Aécio na campanha de 2014. Nesta terça, a sede da Força Sindical, entidade comandada por ele, foi alvo de buscas

#### Cristiane Brasil e Benito Gama (PTB) e Agripino Maia (DEM)

Mencionados em delação na suposta negociação do tucano com seus partidos, serão investigados. Medidas contra eles pedidas pela PF foram rejeitadas

#### Antonio Anastasia (PSDB)

Era governador de Minas na época em que Aécio supostamente prometeu restituir créditos do ICMS à JBS. Chegou a ser alvo de um pedido de buscas, que não foi adiante

12 DEZ 2018

## FOLHA DE S. PAULO

# Houve omissão do Executivo e do Congresso contra a corrupção, afirma Moro

BRASÍLIA O futuro ministro da Justiça, Sergio Moro, disse nesta terça-feira (11) que o Executivo e o Legislativo se omitiram no combate à corrupção.

O ex-juiz participou da terceira edição do Seminário Caminhos Contra a Corrupção, em Brasília. O evento é organizado pelo Instituto Não Aceito Corrupção.

Moro afirmou que um retrocesso em relação ao tema é "intolerável" e que "poderosos" não deixarão escapar oportunidades para tirar os avanços da Lava Jato.

"Tivemos grandes avanços, mas centrado nas cortes de Justiça. Mas faltou uma reação institucional do Congresso e do Executivo mais robusta em relação a essa grande corrupção", disse. "Eu pretendo ser um fator de modificação dessa relativa omissão dos Poderes constituídos."

O futuro ministro defendeu decisões recentes do STF que, para ele, ajudaram na luta contra a corrupção — a proibição de doações eleitorais por empresas, a possibilidade de execução da condenação em segunda instância e a

restrição do foro privilegiado, por exemplo.

"Não se enganem, a grande corrupção envolve pessoas poderosas, envolve interesses especiais, poder político e econômico, que percebendo uma chance de voltar ao status quo da impunidade e da grande corrupção, ou pelo menos para tirar avanços, não se enganem, essas oportunidades não vão ser perdidas", afirmou.

O ex-juiz aceitou o convite do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), para chefiar o ministério no início de novembro, após uma "longa reflexão", segundo palavras dele.

Moro tem feito reuniões durante a semana no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), onde está montado o gabinete de transição do governo. A maior parte de suas nomeações já foi anunciada.

Ele voltou a defender nesta tarde que sejam aprovadas rapidamente propostas que levará ao Congresso no início do ano que vem, com o objetivo de "enfrentar a grande corrupção, o crime organizado e o crime violento".

VEM AÍ O NOVO CONGRESSO!



12 DEZ 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### Supremo rejeita denúncia contra senador Fernando Bezerra Coelho

Reynaldo Turollo Jr.

BRASÍLIA A Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) rejeitou, por 3 votos a 2, uma denúncia contra o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro pelo suposto recebimento de R\$ 41,5 milhões de empreiteiras contratadas pela Petrobras para a construção da refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco.

A denúncia foi oferecida pela PGR (Procuradoria-Geral da República) em outubro de 2016. À época, o relator da Lava Jato na corte era o ministro Teori Zavascki, que morreu em 2017 e foi sucedido, na relatoria, pelo ministro Edson Fachin.

Parte da propina, segundo a PGR, abasteceu a campanha à reeleição do então governador de Pernambuco, Eduar-

do Campos (PSB), morto em 2014. Ainda segundo a PGR, a aeronave em que o político estava quando morreu tinha sido adquirida por meio do esquema criminoso.

Em dezembro do ano passado, a Segunda Turma começou a julgar o recebimento da denúncia. Na ocasião, os ministros Fachin e Celso de Mello votaram por recebê-la.

O ministro Gilmar Mendes abriu a divergência, pela rejeição da denúncia quanto a Bezerra Coelho, e foi acompanhado por Dias Toffoli — que, à época, fazia parte do colegiado. Com o placar empatado em 2 votos a 2, o julgamento foi suspenso para esperar o retorno do ministro Ricardo Lewandowski, que naquele mês estava de licença médica. Lewandowski proferiu seu voto nesta terça (11) pela rejeição da denúncia contra o senador.

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

12 DEZ 2018

## ACELERA, RAQUEL

A PGR (Procuradoria-Geral da República) tirou o pé do freio e sinalizou que pretende retomar as tratativas para fechar novos acordos de delação premiada em 2019.

**FREIO** Desde que assumiu, em 2017, a procuradora-geral Raquel Dodge e sua equipe colocaram em banho-maria às negociações de colaborações de forte impacto.

**HERANÇA** As principais iniciativas de Dodge na área criminal se basearam em acordos de delação fechados por seu antecessor, Rodrigo Janot, ou em apurações iniciadas por outros investigadores.

**PÊNDULO** De acordo com pessoas familiarizadas com as conversas, o próximo ano pode ser, para o PSDB, tão amargo quanto anos anteriores foram para o PT.

**AQUI ESTOU** A defesa de Dilma Rousseff apresentou petição à Justiça dizendo que ela está à integral disposição para prestar qualquer esclarecimento ou ser ouvida sobre qualquer processo ou investigação criminal.

**ALERTA** Há alguns dias, informações que circularam entre advogados e investigadores estimularam o temor de que a ex-presidente possa ser alvo de medidas cautelares mais drásticas, em consequência da delação de Antonio Palocci.

**MÃOS DADAS** A ONG Vítimas Unidas, criada por pacientes abusadas pelo médico Roger Abdelmassih, afirma estar dando suporte jurídico e psiquiátrico para mais de 50 mulheres que acusam o médium João de Deus. “Não tenho a menor dúvida de que esse será o maior caso de abuso feminino do país”, diz Maria do Carmo Santos, presidente da organização.

**MÃOS DADAS 2** Ela afirma que as primeiras mulheres procuraram a entidade há cerca de três meses, mas o número aumentou depois que o caso foi noticiado. “Existem denúncias formais contra ele desde a década de 1990”, diz. “São pessoas do mundo inteiro, que não se conhecem e contam a mesma história. É bem parecido com o que aconteceu no caso do Roger Abdelmassih.”

12 DEZ 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### **Restrição a foro especial para crimes comuns avança na Câmara**

BRASÍLIA Em votação relâmpago, comissão especial da Câmara aprovou nesta terça-feira (11) proposta que extingue o foro especial por prerrogativa de função em caso de crimes comuns.

Aprovado pelo Senado em maio do ano passado, a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) segue para análise do plenário da Câmara.

Com intervenção federal em vigor no Rio de Janeiro e em Roraima, o Congresso não pode votar alterações na Constituição. Com isso, a votação do texto em plenário vai ficar para 2019.

A proposta extingue o foro especial em crimes comuns para todas as autoridades, com exceção dos presidentes da República, da Câmara, do Senado e do STF (Supremo Tribunal Federal), além do vice-presidente da República. Esses continuariam a ser julgados pelo Supremo.

Todos as demais autoridades —incluindo ministros, parlamentares, governadores e prefeitos— seriam processados na Justiça de primeira instância.

Pela legislação atual, ministros, senadores e deputados federais só podem ser julgados pelo STF. Já governadores e deputados estaduais só podem ser processados pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).

O texto aprovado também extingue o foro especial nos casos de crimes comuns cometidos pelo procurador-geral da República, por membros do Ministério Público da União, desembargadores dos Tribunais de Justiça e membros de Tribunais de Contas estaduais e municipais.

Para votar a proposta, os deputados fizeram um acordo para suspender as votações no plenário principal da Casa —uma vez que comissões não podem deliberar enquanto o plenário vota projetos.

Os membros da comissão se reuniram e aprovaram a proposta em menos de 30 minutos.

A tramitação da proposta foi iniciada no ano passado, depois que o STF começou a discutir a restrição do foro para parlamentares. Em maio deste ano, o Supremo decidiu restringir o foro especial para deputados federais e senadores.




12 DEZ 2018

## METRO

### **Guarapuava. Começam as audiências do caso Spitzner**

Começaram ontem as audiências do processo sobre a morte da advogada Tatiane Spitzner, em Guarapuava, na região central do estado. Suspeito da morte, o professor Luís Felipe Manvailer, marido dela, será ouvido amanhã.

Cerca de 50 testemunhas serão ouvidas no processo. Ontem, a juíza Paola Gonçalves Mancini ouviria 14 testemunhas, entre elas o delegado do caso, Bruno Maciozek, investigadores e um agente de necropsia. No primeiro grupo de testemunhas estão policiais e peritos que trabalharam no caso. No segundo, vizinhos do casal e testemunhas da morte. Na terceira fase, serão ouvidos mais amigos e parentes do casal.

Tatiane Spitzner, de 29 anos, morreu na madrugada de 22 de julho. O Ministério Público afirma que ela foi agredida e jogada pela sacada do quarto andar. A defesa de Manvailer, 32 anos, alega que ela se suicidou.  METRO CURITIBA

# O custo impagável da desigualdade

**N**o fim de semana de 8 e 9 de dezembro os meios de comunicação publicaram e repercutiram notícias que aparentemente nada têm que ver uma com a outra, mas no fundo têm tudo que ver. Associadas, mostram como será difícil enfrentar o custo impagável da desigualdade cobrado pelo estroina Estado brasileiro. Em artigo publicado no sábado 8, neste mesmo espaço, o maior especialista brasileiro em combate à corrupção, o professor de Direito Modesto Carvalhosa, revelou a face cruel da apropriação do patrimônio pessoal dos brasileiros pela voraz máquina pública. No mesmo dia o *Jornal Nacional*, da Globo, noticiou uma frondosa árvore genealógica dependurada no erário de um policial militar (PM), Fabrício de Queiroz, amigo pessoal do presidente eleito, Jair Bolsonaro, e ex-assessor do filho dele, Flávio, deputado estadual na Alerj e futuro senador da República.

No título de seu texto, desenvolvido com a lógica implacável e a elegância estilística de hábito, o jurista celebrou uma efeméride, o Dia Mundial de Combate à Corrupção, e revelou uma conexão inusitada entre o furto criminoso do erário em propinas pagas por fornecedores do Estado e os privilégios garantidos pela Constituição e pelas leis a gestores dos altos escalões. Essa conexão dá uma explicação “plausível” – para usar o termo do ex-chefe para definir o relato do ex-assessor, desde já a promessa de um enredo capaz de pôr a *Sheherazade de As Mil e Uma Noites* no chinelo – para uma contradição evidente. Qual seja: por que a população brasileira aplaude com tanto fervor o trabalho da Operação Lava Jato,

**Já está chegando a hora em que Estado não terá mais como pagar pelos privilégios que concede.**

tornando o juiz Sergio Moro um herói, mercê do êxito do combate exercido por eles à rapina de verbas públicas, ao mesmo tempo que rebaixa o Brasil da 79.<sup>a</sup> para a 96.<sup>a</sup> posição no ranking mundial de países que lutam contra isso?

Para responder a essa questão convém utilizar o conceito do jurista para o mal que nos aflige. Este acontece sempre que boa parte do patrimônio público, da cidadania, é transferida só para alguns cidadãos.

Desde 2011, com o julgamento da Ação Penal n.º 470, vulgo mensalão, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e mais ainda desde 2014, quando a sociedade tomou conhecimento da devassa inusitada do maior assalto aos cofres públicos da História, no escândalo que se conhece como petróleo, o brasileiro acompanha e aplaude a guerra contra a impunidade. Ou seja, as devassas policiais, as denúncias do Ministério Público Federal (MPF) e as condenações por alguns juízes federais tornaram o crime visível para a grande massa da população. Uma jovem e bem preparada geração de policiais, procuradores e magistrados, servidores da União, revelou, processou e prendeu empresários e políticos da nata da elite.

Por causa dessa investida, gente do naipe do empreiteiro mais rico do País, Marcelo Odebrecht, e do político mais poderoso e popular dos séculos 20 e 21, Luiz Inácio Lula da Silva, deram entrada no inferno prisional, ao qual antes só desciam pobres, pretos e prostitutas. Isso é tão importante que se tor-

nou o apelo mais poderoso entre os que elegeram presidente da República o capitão reformado e deputado do baixíssimo clero Jair Bolsonaro.

Mas a devolução aos cofres públicos das fortunas pessoais amealhadas na base de propinas não bastará para equilibrar as contas públicas, depauperadas não apenas pelo crime, mas também pelas leis do Estado de Direito vigente. Em seu artigo antológico, Carvalhosa lembra um absurdo inserido na Constituição. Dentro de seu ramo, o autor aponta para o fato de o artigo 37, inciso XI, da dita Carta Magna limitar vencimentos do funcionalismo aos subsídios dos ministros do STF. No entanto, o artigo 11 do mesmo texto constitucional autoriza a falta de teto para tais desembolsos do erário por uma brecha abissal intitulada “verbas indenizatórias”. São o que se convencionou chamar de “penduricalhos”. E estes custam bilhões!

Em seu vade-mécum da corrupção, Carvalhosa refere-se a leis que beneficiam apenas os mui amigos do rei com renúncia fiscal. É o caso da Rota 2030, que Temer acabou de assinar, reduzindo impostos das montadoras de automóveis, benefício que data da instalação da indústria automobilística, na era JK, e cujo mau uso mantém o lobista Mauro Marcondes na cadeia, em Brasília. O citado Lula é réu em processo judicial que apura e pune recebimento ilícito de vantagens em medida provisória similar.

**CONTINUA**

12 DEZ 2018

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Mas, fora a parte do crime, a prática transfere renda de pobre para saldo de empresas arquivilionárias. Ou seja, como registra o articulista, “além da corrupção criminalizada, mediante tipos penais definidos, há a corrupção constitucionalizada, a legalizada e a judicializada. Todas levam ao mesmo efeito criminoso: a apropriação privada de recursos públicos”.

No fim de semana em que o artigo do jurista iluminou as causas da insensata marcha das contas públicas para a total incapacidade de cobrir as despesas do Estado Leviatã, a família Bolsonaro, parentes e apaniguados foram postos na defensiva pelas consequências da apuração, pedida ao Coaf pela Operação Furna da Onça, das investigações de devassa da corrupção. Enquanto o dublê de PM e motorista não contar sua história “plausível”, os novos donos do poder receberão dos antigos lições de como será difícil adequar o sigilo da Justiça ao tempo da política. Manter a Nação desinformada sobre o relato do ex-assessor será um erro pelo qual todos pagaremos: o lar e os futuros comensais do banquete do poder ao lado do presidente eleito, a família Queiroz (marido, mulher e duas filhas, passando de um gabinete para outro) e os contribuintes, que os mantêm.

A Nação conta com Sergio Moro e Bolsonaro para a Operação Lava Jato enquadrar na lei os corruptos que receberam propina. Para equilibrar as contas públicas, contudo, terá de ser feita uma faxina geral na Constituição e em todas as leis que tornam o custo dessa apropriação legalizada impagável.

12 DEZ 2018

O ESTADO DE S. PAULO

# Depósitos a Queiroz seguiam dia de salário

Mais da metade das remessas recebidas por ex-motorista de filho de Bolsonaro aconteceu no dia ou próximo da data de pagamento na Alerj

Constança Rezende | RIO  
Fábio Serapião | BRASÍLIA

Mais da metade dos depósitos em espécie recebidos em 2016 por Fabrício José Carlos de Queiroz, ex-motorista do deputado estadual e senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL), filho do presidente eleito, Jair Bolsonaro, aconteceu no dia do pagamento dos funcionários da Assembleia Legislativa do Rio ou até três dias úteis depois. Uma análise do relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que apontou movimentações financeiras atípicas em contas de assessores e ex-servidores do Legislativo, mostra que 34 das 59 operações financeiras seguiram o mesmo padrão. O restante ocorreu em até uma semana.

O Estado identificou que 15 depósitos em espécie na conta de Queiroz ocorreram nos mesmos dias de pagamento dos servidores da Alerj em 2016. Essas datas variaram a cada mês, por causa da crise do Rio, que levou a atraso nos salários, mas foram mapeadas através do cruzamento do relatório do Coaf com o cronograma de pagamentos da Assembleia fluminense. Outros 19 depósitos na conta de Queiroz ocorreram em até três dias úteis após os funcionários receberem seus vencimentos.

Os valores depositados mensalmente também se repetem ou são aproximados. Investigadores analisam se há padrão nas ações, em valores ou periodicidade. O jornal *Folha de S. Paulo* publicou ontem que, logo após receber os valores, Queiroz realizou saques em espécie em quantias aproximadas às que haviam entrado em sua conta.

● **Investigação**  
“As informações apresentadas são de máxima gravidade e demandam uma enérgica resposta da Justiça”

Xênia Ribeiro Soares

DELEGADA FEDERAL DA FURNA DA ONÇA

A coincidência de datas ocorre logo nos primeiros depósitos feitos em 2016. Em 12 de janeiro, dia de pagamento na Alerj, por exemplo, o então assessor recebeu três depósitos em espécie, nos valores de R\$ 4.400, R\$ 5.566 e R\$ R\$1.771. Outra sequência é vista em 14 e 15 de abril, dia de pagamento na Alerj. No primeiro dia, Queiroz recebeu um depósito de R\$ 7.400. No seguinte, foram feitos outros dois depósitos, de R\$ 1.771 e R\$ 4.300, na sua conta.

Em maio de 2016, os funcionários da Alerj receberam no dia 11. Nessa data, Queiroz ganhou três depósitos, novamente no valor de R\$ 1.771, outro de R\$ 3.071 e um último de R\$ 1.000. Um dia depois, em 12 de maio, foi feito na conta outro depósito, de R\$ 6.300, e no dia 16 caiu o último valor do mês, de R\$ 1.160. Os padrões se repetem em junho e em novembro. O relatório, no entanto, não diz quem realizou os depósitos.

No relatório preliminar da operação Furna da Onça, a delegada Xênia Ribeiro Soares chegou a citar a suposta existência de esquema de funcionários fantasmas e auxílio alimentação que seriam repassados pelos servidores dos gabinetes aos deputados. De acordo com a delegada, o procedimento foi mapeado no gabinete do de-

putado estadual Paulo Melo, preso pela operação, mas já foi “identificada em outros gabinetes e que se afigura como uma prática criminosa disseminada na Alerj”.

“As informações apresentadas são de máxima gravidade e demandam uma enérgica resposta da Justiça”, diz o texto.

**Depoimento.** O ex-motorista deve depor na semana que vem no Ministério Público do Rio, que investiga o caso. O Estado apurou que as transações entre funcionários do Legislativo estão entre os motivos que levaram os bancos a classificar as movimentações como atípicas e a advertir o Coaf a seu respeito. O relatório indicou que pelo menos nove funcionários e ex-funcionários do gabinete de Flávio Bolsonaro fizeram operações (depósitos ou recebimentos) na conta do ex-motorista e ex-segurança do deputado. Entre elas, estão, as filhas de Queiroz, Nathalia e Evelyn Melo de Queiroz, e a sua mulher, Marcia Oliveira de Aguiar.

O próprio Coaf, em seu relatório anexado à operação Furna da Onça, que investiga corrupção no Legislativo do Rio, classificou o fluxo financeiro como atípico. Parte dos recursos depositados na conta de Queiroz por assessores do gabinete superavam o salário do servidor.

Em nota, a assessoria de Flávio Bolsonaro ressaltou que ele não é investigado, “visto que não praticou qualquer ilícito em sua atividade parlamentar”. O texto afirma ainda que o deputado “segue à disposição para prestar esclarecimentos às autoridades, se instado for” e “espera ver, dentro dos trâmites legais, a completa resolução do caso pelas autoridades competentes”. Procurado, Queiroz não quis se manifestar.

# 12 DEZ 2018

## BEMPARANÁ

### **Prisão**

Agentes do núcleo de Maringá do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) prenderam ontem o presidente da Câmara Municipal de Porto Rico (Noroeste), vereador Benedito José Maria (PDT). Réu em um processo criminal pela prática dos crimes de concussão (extorsão), falsa identidade e lavagem de dinheiro, o vereador é acusado de violar medidas cautelares determinadas contra ele pela Justiça, inclusive rompendo tornozeleira eletrônica. Segundo o Ministério Público, entre 2013 e 2017, quando era fiscal municipal, Benedito teria e abordado caminhoneiros impondo exigências e fazendo ameaças de retenção de mercadorias ou veículos em troca de suborno.

### **Coação**

A Vara Criminal de Cantagalo (Centro-Sul) condenou a 11 anos e 8 meses de reclusão o vereador e ex-presidente da Câmara de Virmond, o ex-presidente da Câmara de Vereadores, Nicolau Russein. Preso em flagrante há cinco meses por peculato, o vereador foi condenado por fraude processual, em razão da coação de testemunhas em processo que apurava a utilização, por ordem sua, de maquinário público em propriedades particulares.

### **Falso testemunho**

De acordo com a denúncia apresentada pela Promotoria de Justiça de Cantagalo, o vereador instigou cinco pessoas a cometerem o crime de falso testemunho em seu favor em ação penal instaurada para apuração do crime de peculato, processo em que o vereador também é réu, além de tentar fraudar outras provas com o mesmo objetivo de defesa. Como ele já estava preso, teve negada a possibilidade de recorrer em liberdade.